



Governo suspende parcelas e perdoa juros da dívida do RS por 36 meses

STJ autoriza faculdade a cobrar mensalidade maior de alunos calouros

Página 7

Prazo para negociações do Desenrola Brasil termina em uma semana

Página 3

Programa Bolsa Trabalho abre as inscrições para as turmas do segundo semestre

O Programa Bolsa Trabalho abriu, na segunda-feira (13), as inscrições para as turmas do segundo semestre deste ano, nos períodos da manhã e da tarde. As inscrições para as aulas, destinadas à formação profissional para jovens com idade entre 16 e 20 anos, vai até 19 de maio.

Para participar é necessário estar matriculado ou ter concluído o Ensino Médio na rede pública, estar desempregado, sem receber seguro-desemprego, e ter renda familiar de até um salário-mínimo por pessoa. As vagas são exclusivas para moradores de São Paulo há, no mínimo, dois anos.

O curso, com duração de seis meses, tem início em julho e oferece bolsa-auxílio mensal de R\$ 730,71, para que os alunos tenham no mínimo 75% de presença nas aulas. As atividades são ministradas nos Laboratórios Públicos de Fabricação Digital (FAB LAB LIVRE SP) e em outros equipamentos públicos espalhados por todas as regiões da cidade.

Sobre as aulas

Durante as práticas de fabricação digital os jovens aprendem a manusear impressora 3D, máquina de corte a laser e entram em contato com os conhecimentos básicos sobre programação. Além disso, participam de atividades com as temáticas de direito das juventudes, respeito à diversidade, cidadania e Direitos Humanos, além de projeto de vida, mundo do trabalho e visitas a equipamentos sociais e culturais da cidade.

Ao longo do curso, os alunos aplicam todo o conhecimento adquirido no desenvolvimento de um projeto que deve unir a tecnologia e o impacto social para solucionar algum problema da região ou da sociedade em geral.

O Programa Bolsa Trabalho é uma parceria entre a Coordenação de Políticas para Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e as secretarias municipais de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SM-DET) e Inovação e Tecnologia (SMIT). São 216 alunos por semestre, totalizando 432 jovens impactados por ano.

Aproximadamente 40% das vagas são reservadas para jovens do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSE/MA) e Semiliberdade da Fundação Casa.

Provas do Enem 2024 serão em 3 e 10 de novembro

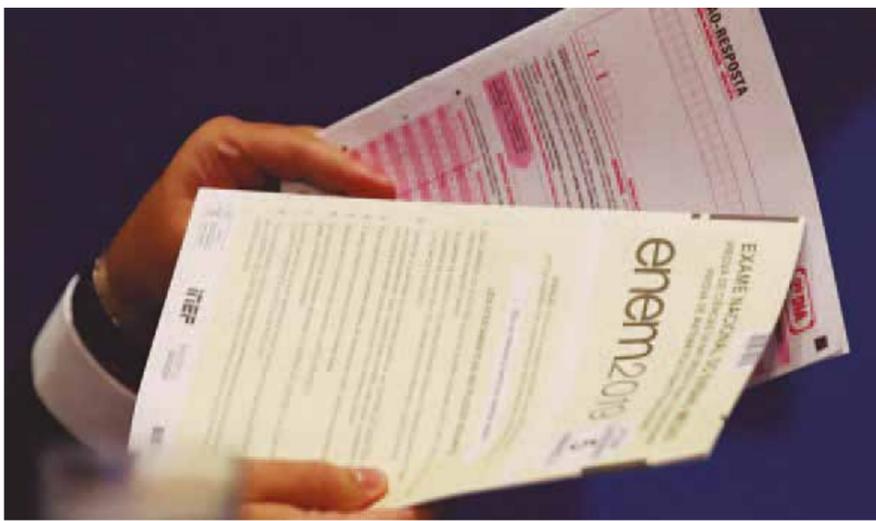


Foto: Fábio Rodrigues/Fozzoboni/1B7

Página 10

Prefeito inaugura primeiro transporte hidroviário público de São Paulo, que irá beneficiar 385 mil moradores da Zona Sul

O Aquático-SP, primeiro transporte hidroviário público de São Paulo, entrou em operação nesta segunda-feira (13) na represa Billings, Zona Sul, e irá beneficiar 385 mil pessoas dos bairros Grajaú, Cocaia e Pedreira. Inaugurado pelo prefeito Ricardo Nu-

nes, o novo modal de transporte funciona em operação assistida com duas embarcações que fazem o trajeto entre os terminais Cantinho do Céu e Parque Mar Paulista Bruno Covas em 12 e 17 minutos, enquanto de ônibus a duração é de 1h20. Página 2

Esporte

Jorge Martin vence na França e amplia liderança no Mundial

Por Jácio Baldi

Jorge Martin estava eufórico ao final do GP da França, aliás não era para menos, pois venceu as duas corridas (Sprint e prova normal) e arrebatou o maior número de pontos possíveis nesse final de semana em Le Mans. Martin disse que não foi sua melhor prova no Mundial, mas enaltece o fato de ter ganhado de dois campeões mundiais como Marc e Bagnaia. “Este final de semana fui o número 1 e tenho que desfrutar isso”, comentou. “Estou numa equipe satélite onde tenho material oficial, mas a Ducati, no final, trabalha para vencer na equipe oficial. É por isso que os pilotos aspiram ser pilotos de fábrica, estou muito feliz por estar na Pramac”. Jorge Martin disse que a luta pelo campeonato está entre os três primeiros na França. Em relação ao assento na próxima temporada, Martin disse que a Ducati já sabe quem será o escolhido: “Acho que não tenho nada a demonstrar”. “Penso que, sobre o meu futuro, posso dizer que as coisas que acontecerem nas próximas corridas não vão mudar nada”. “Mes-

mo que eu ganhe, ou caia, acho que já fiz o que precisava ser feito e estou muito feliz com meu desempenho”. “Eu realmente quero ir para a equipe de fábrica da Ducati, mas se eles não me quiserem, por qualquer motivo que não sabemos, então darei meu talento a outras pessoas”, finalizou o espanhol.

Marc Márquez passou Pecco Bagnaia na última volta para assegurar o segundo lugar, e estava exultante. Marc largou da 13ª posição para alcançar a 2ª, visto que já havia feito o mesmo na “Sprint” de sábado. “Este é um ano de relaxamento, sabíamos que largar atrás poderia acontecer em algum GP, pois na atual MotoGP existem muitos pequenos detalhes que te fazem perder até seis posições em dois décimos de segundo, então para mim esse é um ano que estou desfrutando e me divertindo”. Marc ainda falou de seu futuro, onde boatos dizem que talvez o piloto possa até romper com a Red Bull, caso haja a possibilidade de assinar com a equipe oficial Ducati, que é patrocinada pela Monster. “Quando decidi sair da Honda queria a melhor moto, para ver do que eu era capaz, eu também tinha dúvidas e queria saber se eu



Foto: MotoGP

Martin 89, Pecco 1 e Marquez 93 quem sera o campeão?

estava acabado ou não para a MotoGP”. “Agora sei que continuo competitivo e por isso no próximo ano, onde quer que seja, sejam quais forem as cores, quero ter a moto de evolução mais atualizada porque se você quer ganhar um Campeonato Mundial deve ter a moto mais atual, essa ideia tenho clara em minha mente”, finalizou o octacampeão. Pecco Bagnaia está seguro com seu contrato já assinado no início da temporada, mas seu semblante em relação ao campeonato não está nada amigável, era visível o aban-

timento do piloto na entrevista pós corrida.

Quem deve estar de cabeça quente é Gigi Dall’Igna, que terá que escolher o companheiro de equipe de Pecco Bagnaia. A Ducati espera anunciar seus pilotos logo após o GP de Mugello, Itália. “Esse é meu trabalho, mas está difícil e tenho que selecionar o melhor piloto possível para a nossa equipe de fábrica e também para as outras equipes que têm contrato conosco” disse o chefe da fábrica Bolonhesa. Diante do atual cenário, o paddock fica di-

vidido em quem será o outro piloto oficial da Ducati, onde algumas opções talvez fiquem mais evidentes, como: Martin na oficial, Marc na Pramac com uma moto atual (caso a equipe decida continuar contrato com a Ducati) e Bastianini na Aprilia, ou talvez Marc na oficial, Martin na Aprilia e Bastianini na Pramac. Enea Bastianini teve uma punição de uma volta longa e mesmo assim terminou em quarto lugar e fez a volta mais rápida da prova. Talvez sem essa punição o piloto italiano pudesse colocar mais tempero na batalha pelo pódio, já que cruzou a linha a apenas dois segundos atrás de Jorge Martin. Vale lembrar que o italiano está empatado com Marc Márquez na terceira posição do campeonato e apenas dois pontos atrás de Pecco Bagnaia. Martin ainda mantém uma vantagem de 38 pontos sobre Bagnaia.

Na MotoE o brasileiro Eric Granado finalizou em sexto na primeira prova e caiu na segunda estando na décima posição no campeonato. Na Moto2 Diogo Moreira terminou a prova na vigésima sexta posição. A próxima etapa acontece em Barcelona entre os dias 24 e 26 de maio.

Pietro Fittipaldi lidera GP de Indianápolis, mostra ritmo forte no misto e foca na Indy 500

O brasileiro Pietro Fittipaldi fez uma corrida consistente no GP de Indianápolis, prova que abriu o mês mais importante da IndyCar. O piloto da RLL acelerou junto com o pelotão da frente durante toda a prova de sábado, andando boa parte da cor-

rida dentro do top-10 e até liderou a corrida por algumas voltas na estratégia de parar um pouco depois da maioria dos adversários.

“Nós fizemos uma corrida sólida e com um bom ritmo. A última relargada acabou não sendo limpa e sofremos um pouco. Fui tentar pas-

sar o Pato O’Ward e daí o Kyle Kirkwood colocou por dentro e espalhamos para fora da zebra, nisso o Grosjean me passou na mesma hora e perdi algumas posições. Em todo caso, a gente fica feliz em saber que a gente tinha potencial para um top-10 nesta etapa”, diz Pietro, que fina-

lizou a prova em 14º lugar.

Essa foi a primeira vez que Fittipaldi disputou o GP de Indianápolis e logo em sua estreia já conseguiu avançar para o Q2 do qualy, largando na sexta fila do grid. O piloto já havia corrido antes somente no circuito oval, nas

500 Milhas de 2021, justamente o palco da próxima etapa no dia 26 de maio.

Fittipaldi volta a acelerar em Indianápolis já nesta terça-feira (14) com os primeiros treinos das 500 Milhas no oval mais famoso do mundo.

Turismo de SP lança guia com 70 destinos para viajantes 60+

A Secretaria de Turismo e Viagens de SP lançou na segunda-feira (13) o guia "Turismo da Maturidade no Estado de São Paulo", material pensado nos viajantes mais velhos. São 70 destinos inclusivos que atraem desde os que buscam relaxar em meio à natureza até os que preferem o agito das festas e parques temáticos do interior.

A publicação traz atrativos seguros e confortáveis reconhecidos pela vocação turística – e vendidos ao público 60+ por agências e operadoras de viagem de SP. Em versão impressa e digital, o guia será apresentado na abertura do Fórum de Turismo 60+, evento que acontece em São Paulo, com workshops e palestras sobre o tema, conectando toda a cadeia do setor. A Secretaria participa com um estande promovendo

destinos e debatendo o tema.

Viajar é um hábito cada vez mais frequente do público da terceira idade – e toda a cadeia do turismo já percebeu esta tendência. Os 60+ viajam de duas a três vezes por ano e preferem os destinos nacionais, segundo a Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav-SP). Eles também consideram o turismo a melhor forma de aproveitar o tempo, de acordo com a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa). "Destinos preparados para receber bem o público de mais de 60 anos são aqueles que também atendem com qualidade crianças, jovens e os próprios moradores", afirma Roberto de Lucena, secretário de Turismo e Viagens de SP.

Por esta razão, estão entre os

mais completos e visitados do Estado. Destaque para Águas de Lindóia, que atrai mais de 700 mil turistas sêniores por ano, com tendência de crescimento. Um quarto da população deverá ter mais de 65 anos em 2060, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A boa notícia para o turismo é que

se chega aos 60 anos com qualidade de vida e independência financeira, período bastante propício para arrumar as malas e viver experiências de viagem.

"O fórum reúne uma série de parceiros e agentes de viagem, colocando todos em contato para novos negócios", disse Ana Carolina Melo, diretora do Fórum de Turismo 60+. Se por um lado o "tsunami prateado" pode ser lido como um desafio, por outro, representa uma força positiva para a economia; uma oportunidade para empreender e fortalecer a onda da economia da longevidade. A economia prateada,

como é conhecida nos Estados Unidos, movimentou US\$ 15 trilhões por ano, de acordo com levantamento do Bank of America Merrill Lynch. Dados do mapeamento Negócios da Longevidade mostram que o Estado de São Paulo concentra 59% das empresas com foco na economia prateada.

Prefeito inaugura primeiro transporte hidroviário público de São Paulo, que irá beneficiar 385 mil moradores da Zona Sul

O Aquático-SP, primeiro transporte hidroviário público de São Paulo, entrou em operação nesta segunda-feira (13) na represa Billings, Zona Sul, e irá beneficiar 385 mil pessoas dos bairros Grajaú, Cocaia e Pedreira. Inaugurado pelo prefeito Ricardo Nunes, o novo modal de transporte funciona em operação assistida com duas embarcações que fazem o trajeto entre os terminais Cantinho do Céu e Parque Mar Paulista Bruno Covas em 12 e 17 minutos, enquanto de ônibus a duração é de 1h20.

"É um momento de alegria para a cidade, com mais um modal de transporte, agora o hidroviário, que iniciamos hoje, com a operação assistida, funcionando das 10h às 16h, levando os passageiros do Cantinho do Céu ao Terminal Mar Paulista Bruno Covas, ambos com ônibus elétrico fazendo a integração, auxiliando a locomoção das pessoas até o Terminal Santo Amaro, com interligação à rede de ônibus, Metrô

e CPTM", comemorou o prefeito Ricardo Nunes.

A operação assistida vai funcionar das 10h às 16h, com viagens gratuitas até 31 de dezembro de 2024, com dois barcos. O veículo Bororé I opera nesta fase somente com passageiros sentados, com capacidade para 60 pessoas.

Nessa fase do Aquático-SP, também está em operação um barco de apoio com capacidade para transportar até 30 passageiros e faz o percurso em 12 minutos.

"Começamos com um barco de 60 [vagas] e um de 30 [vagas] e depois a gente vai ampliando o horário e as embarcações. É uma questão de cuidado para a gente não errar e fazer de acordo com os estudos e levantamentos", contou o prefeito Ricardo Nunes. "A gente tem todos os estudos, mas, obviamente, na prática com os passageiros é diferente", completou Nunes.

Além de garantir maior agilidade e rapidez nos deslocamen-

tos, o Aquático-SP terá total integração com o transporte por ônibus, com a utilização do Bilhete Único, e inauguração de duas novas linhas de ônibus, melhorando a mobilidade da região.

Na operação assistida, das 10h às 16h, a expectativa é atender 3 mil passageiros por dia com os dois barcos.

Trajetos

As embarcações farão a ligação entre os terminais Cantinho do Céu e o Parque Mar Paulista Bruno Covas, num percurso de 5,6 quilômetros, pela Represa Billings, realizado em cerca de 17 minutos, sem considerar os tempos de manobra, embarque e desembarque. Atualmente, de ônibus, a viagem dura cerca de 1h20.

Portanto, haverá significativa redução nos deslocamentos da população rumo a regiões como Santo Amaro e o Centro da cidade. Durante a operação assistida, o Aquático-SP estará sob

responsabilidade direta da SP-Trans, empresa que gerencia o transporte público municipal.

Estrutura

O Bororé I é acessível, com espaço para cadeirante, área para bicicletas, ar-condicionado, tomadas USB, televisão, conexão de internet e sanitário, inclusive acessível para pessoas com mobilidade reduzida.

Os terminais do Aquático-SP serão operados pela concessionária SPS VivaCidade - responsável pela operação de outros dez terminais urbanos na cidade e contará, cada um, com bicicletário com 50 vagas, ampliando ainda mais a integração a outros modais de transportes. Além disso, o Bororé I tem espaço para bicicletas embarcadas.

O projeto do Aquático-SP conta com toda a segurança operacional e ambiental prevista, e tem o aval de todos os órgãos ambientais e de navegação necessários.

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereador-presidente Milton Leite (União) não precisa da pressão do governador Tarcísio Freitas (Republicanos) pra apoiar - como apoiou - a privatização da Sabesp. Ele sempre teve os 36 votos que rolaram no 1º turno e os 37 que ouviu no 2º turno

PREFEITURA (São Paulo)

Tá bem difícil convencer algumas igrejas cristãs protestantes a fazerem campanha pro deputado federal Boulos (PSOL). Discursos, narrativas e retóricas não bateram nem com cristãos católicos conservadores que votaram no Covas (PSDB) em 2020

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Sobre 13 maio 1888, a pergunta da hora : qual das mulheres pretas, hoje deputadas, será candidata - com chances reais de eleição - à uma inédita presidência feminina na mesa diretora do maior e mais importante parlamento estadual do Brasil ?

GOVERNO (São Paulo)

Governador Tarcísio Freitas (Republicanos) não precisaria fazer pressão pra que o vereador-presidente Milton Leite (União) apoiasse a privatização da Sabesp. Bastaria pressionar os donos e os sócios preferenciais dos partidos que são governistas

CONGRESSO (Brasil)

Quando presidentes - com interesses bem diferentes - da Câmara Deputados e Senado se juntam à Presidência por ajudas e auxílios materiais e humanitários [no caso ao Rio Grande do Sul] lembremos que políticas partidárias têm prazos de validade

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Qualquer presidente, no lugar do Lula [dono do PT], estaria dizendo que as ações das ajudas e dos auxílios aos Estados como o arrasado Rio Grande do Sul estão acima das políticas de tudo pros amigos e o rigor das leis aos adversários [inimigos]

PARTIDOS (Brasil)

Tanto donos, como sócios preferenciais dos partidos que terão candidaturas opositoras aos atuais prefeitos gaúchos cujas cidades enfrentam a catástrofe ambiental e humana no Rio Grande do Sul podem não estar 'juntos e misturados' até a eleição

JUSTIÇAS (Brasil)

Quando membros do Supremo, como foi o caso do gaúcho e vice-presidente Fachin, participam das decisões por políticas que somam ações dos 3 Poderes é porque todos os demais ministros concordam com as ajudas e auxílios ao Rio Grande do Sul ?

HISTÓRIAS

Estão errados - segundo o texto das profecias da literatura bíblica - o russo Putin e o britânico Sunak. O texto afirma que somente após uma falsa paz mundial o Cristo Vencerá uma guerra final e Implantará seu Governo Eterno, Justo e Amoroso

ANO 32

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por ser uma referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Inscrição para concurso arquitetônico da nova sede no Governo de SP entra no último mês

As inscrições para o Concurso Público Nacional de Arquitetura que vai selecionar o projeto da nova sede administrativa do Governo de São Paulo nos Campos Elíseos, centro da capital, entram na reta final. Arquitetos e urbanistas de todo o Brasil tem mais 30 dias para se candidatarem.

O concurso é considerado um dos maiores já realizados no país desde a construção de Brasília, na década de 1960. A escolha pelo formato teve o objetivo de tornar o processo transparente e aberto ao debate de forma ampla.

"Sabíamos que um concurso público não era o caminho mais simples, mas é o mais correto. Os arquitetos e urbanistas do país vão poder dialogar conosco sobre as soluções mais adequadas para o centro administrativo", explica Edgar Benozatti, diretor presidente da Companhia Paulista de Parcerias (CPP). A estatal do governo de São Paulo organiza o concurso em parceria com o Insti-

tuto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo (IAB).

A instalação da nova estrutura tem amparo nas leis de zoneamento urbano da cidade e todas as propostas deverão considerar obrigatoriamente o Plano Diretor do município de São Paulo e as resoluções ligadas aos tombamentos históricos na área de intervenção.

O concurso será realizado em uma única fase, que selecionará o projeto vencedor, com prêmio de R\$ 850 mil. O segundo colocado receberá R\$ 100 mil, enquanto o terceiro colocado será premiado com R\$ 50 mil, além de possíveis menções honrosas.

A data de encerramento das inscrições será no dia 12 de junho. O período para os concorrentes entregarem as propostas contendo os estudos preliminares termina no dia 24 de junho. O julgamento das propostas recebidas vai até 19 de julho, e a data limite para homologação e divul-

gação do resultado definitivo do concurso é em 2 de agosto.

Todo o processo para inscrição e entrega das propostas será por meio eletrônico. Instruções e formulários estão disponíveis no site oficial do concurso (<https://concurso.gov.spnccentro.org.br>).

A participação é aberta exclusivamente a arquitetos e urbanistas residentes no Brasil. O profissional precisa ser legalmente habilitado, com registro profissional regularizado e adimplente junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). No ato da inscrição, o responsável técnico deverá indicar a pessoa jurídica à qual é vinculado, que será a empresa que poderá ser contratada para o desenvolvimento do projeto executivo de arquitetura, caso sua proposta seja vencedora. A Pessoa Jurídica deverá estar registrada e adimplente junto ao CAU.

Para este concurso, serão

aceitos consórcios de pessoas jurídicas, permitindo que diferentes empresas se associem para participar. Não será cobrada qualquer taxa de participação.

Sobre o projeto

A praça Princesa Isabel e seu entorno vão se tornar uma esplanada com novos edifícios para reunir todas as secretarias, fundações e autarquias estaduais. O Governo de São Paulo estima que ao menos 22 mil servidores públicos passarão a atuar no novo complexo com a mudança.

A área disponibilizada para os projetos a serem apresentados abrange quatro quadras no entorno da praça Princesa Isabel, em que poderão ser projetados edifícios que contemplem área construída total de até 450 mil m². Os espaços a serem projetados devem incluir áreas construídas de edifícios e suas instalações - inclusive subsolos, áreas verdes e espaços comuns.

SP abre inscrições para cursos profissionalizantes com prioridade para PcDs

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, está com inscrições abertas para 240 vagas em cursos presenciais e gratuitos do Qualifica SP "Novo Emprego - Inclusão PcD" para os municípios de Araçatuba, Araçatuba, Bauru, Piracicaba, Sorocaba e São Vicente. A ação é destinada a jovens a partir de 16 anos, com prioridade para pessoas com deficiência (PcDs), que buscam inserção no mercado de trabalho.

Os cursos são de Operador de Caixa (Araçatuba); Técnicas de Vendas (Araçatuba); Assistente Administrativo (Bauru); Recepção e Atendimento (São Vicente); Assistente Administrativo (Sorocaba) e Recepção e Atendimento (Piracicaba). Os municípios terão duas turmas de 20 vagas cada.

A escolha dos cursos foi realizada após análise das demandas de mercado das regiões. O objetivo é fazer a conexão entre aprendizado e empregabilidade, ou seja, oferecer treinamento em segmentos em que há vagas em aberto.

As inscrições devem ser rea-

lizadas pelo site www.qualificasp.sp.gov.br até o dia 5 de junho. Podem se inscrever candidatos que tenham idade mínima de 16 anos, alfabetizados e domiciliados na cidade em que o curso será oferecido.

A convocação dos selecionados ocorrerá por e-mail. As aulas têm previsão de início para o dia 18 de junho. Para receber o certificado, o aluno deve ter ao menos 75% de presença nas aulas.

Sobre a SDE

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), pasta do Governo do Estado de São Paulo, exerce papel fundamental para a reindustrialização e atração de investimentos com foco na geração de emprego, renda e desenvolvimento regional. Além disso, conta com programas de capacitação profissional, ações de fomento ao empreendedorismo, que incluem linhas de microcrédito do Banco do Povo. Tem como instituições vinculadas a InvestSP, a Desenvolve SP e a Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp).

SP inicia missão para atrair investimentos e fortalecer o desenvolvimento no estado

O Governo de São Paulo inicia na segunda-feira (13), em Nova Iorque (EUA), a segunda missão internacional do ano para apresentar oportunidades de investimentos no Estado a grupos e investidores estrangeiros. Liderada pelo governador Tarcísio de Freitas, a comitiva paulista realizará uma série de reuniões e agendas bilaterais com bancos e fundos de investimento.

"O Estado tem sido incisivo em demonstrar para o mercado internacional as oportunidades que São Paulo possui. Teremos reuniões com importantes fundos de investimento e eventos com grandes bancos, e isso é importante para a atração de investimentos privados, que é o que vai acelerar o desenvolvimento e gerar emprego e renda ao povo paulista", disse Tarcísio de Freitas.

Nos encontros que ocorrem até quinta-feira (16), o Governo de SP apresentará a carteira de projetos de concessões, desestatizações e parcerias, estimada em mais de R\$ 220 bilhões. Ao todo, são 18 iniciativas já qualificadas e distribuídas em quatro eixos estruturais - água e energia, mobilidade, rodovias e social. A expectativa da gestão é realizar 44 leilões até o final de 2026, mobilizando grupos globais interessados em inves-

tir nos ativos estaduais.

A primeira reunião da missão será com os representantes da XP Investments. Na sequência se encontra com investidores internacionais em um meeting organizado pelo Banco Santander. A comitiva ainda se reúne com integrantes do Bank of America e investidores para apresentar projetos e oportunidades de negócio do governo paulista.

Ainda durante a semana, o governador Tarcísio de Freitas participa de outros dois eventos. No primeiro deles, ele será um dos debatedores do painel "Oportunidades e Desafios no Brasil" na conferência "Brazil & World Economy", promovida pelo grupo BTG Pactual. Na sequência, ele se junta a outras autoridades nacionais para participar do Summit Brasil-USA. Dentre os temas que serão abordados no encontro estão a agenda de reformas no Brasil, as medidas necessárias para melhorar o ambiente de negócios no país, o futuro do agronegócio e os investimentos em infraestrutura.

O governador encerra a missão com uma apresentação das oportunidades de investimentos no Estado de São Paulo a cerca de 30 investidores e representantes de grupos privados na conferência do Itaú BBA Latin América.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Mercado eleva para 2,09% projeção de expansão da economia em 2024

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,05% para 2,09%. A estimativa está no boletim Focus da segunda-feira (13), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) é crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,05.

Inflação

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a inflação oficial do país - em 2024 subiu de 3,72% para 3,76%. Para 2025, a projeção da inflação ficou em 3,66%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser persegui-

da pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

Em abril, pressionada pelos preços de alimentos e gastos com saúde e cuidados pessoais, a inflação do país foi 0,38%, acima do observado no mês anterior (0,16%), mas abaixo do apurado em abril do ano passado (0,61%). De acordo com o IBGE, em 12 meses, o IPCA acumula 3,69%.

Taxa de juros

Para alcançar a meta de infla-

ção, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e o aumento das incertezas fizeram o BC diminuir o ritmo do corte de juros, que vinham sendo de 0,5 ponto percentual, para 0,25 ponto.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o contro-

le dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9,75% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 9% ao ano, se mantenha nesse patamar em 2026 e caia para 8,63% em 2027.

Quando o Copom aumenta

a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica. (Agência Brasil)

Desenrola para MEI e micro e pequenas empresas já começou

Os bancos começam a oferecer, a partir da segunda-feira (13), uma alternativa para renegociação de dívidas bancárias de Microempreendedores Individuais (MEI) e micro e pequenas empresas que faturem até R\$ 4,8 milhões anuais. Serão renegociadas dívidas não pagas até 23 de janeiro de 2024. Essa renegociação é importante para o pequeno empreendedor e o empreendedor individual possam obter recursos para manter as suas atividades.

A ação faz parte do Programa Desenrola Pequenos Negócios, uma iniciativa do Ministério da Fazenda, Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte com o apoio da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Essa parcela atendida é a mesma que precisa de ajuda para renegociar as dívidas e obter recursos para manter as atividades.

Para aderir ao programa, o microempreendedor ou pequeno empresário deve contatar a instituição financeira onde tem a dívida. A orientação é buscar os canais de atendimento oficiais disponíveis (agências, internet ou aplicativo) e, assim, ter acesso às condições especiais de renegociação dessas dívidas. As condições e prazos para renegociação serão diferenciadas e caberá a cada instituição financeira, que aderir ao programa, defini-las.

De acordo com a Febraban, somente os bancos cadastrados no programa ofertarão condições de renegociação de dívidas. Caso contrário, a sugestão é renegociar dívida mesmo assim ou, então, fazer a portabilidade da dívida para uma instituição financeira cadastrada.

A recomendação para as empresas que forem renegociar suas

dívidas é que busquem mais informações dentro dos canais oficiais dos bancos cadastrados. "Não devem ser aceitas quaisquer ofertas de renegociação que ocorram fora das plataformas dos bancos. Caso desconfie de alguma proposta ou valor, entre em contato com o banco nos seus canais oficiais", orienta a entidade.

O alerta é ainda para que não sejam aceitas propostas de envio de valores a quem quer que seja, com a finalidade de garantir melhores condições de renegociação das dívidas. "Somente após a formalização de um contrato de renegociação é que o cidadão pode ter os valores debitados de sua conta, nas datas acordadas", diz a Febraban.

O Desenrola Pequenos Negócios foi lançado pelo governo federal no dia 22 de abril. Na mesma data, foi publicada uma por-

taria do Ministério da Fazenda definindo a participação dos bancos nas renegociações. Só entrarão nas renegociações as dívidas vencidas há mais de 90 dias na data de lançamento do programa. Não haverá limites para o valor da dívida nem de tempo máximo de atraso.

A versão do Desenrola para as micro e pequenas empresas é um dos quatro eixos do Programa Acredita, que pretende ampliar o acesso ao crédito e estimular a economia.

Apesar de a renegociação teoricamente ter entrado em vigor em 23 de abril, dia da publicação da medida provisória, os negócios de menor porte ainda não podiam pedir o refinanciamento porque as regras não estavam regulamentadas. A partir da publicação da portaria, as instituições financeiras puderam fazer os últimos ajustes operacionais para

começarem as renegociações.

Crédito tributário

O programa Desenrola Pequenos Negócios oferece incentivos tributários para que bancos e instituições financeiras renegociem dívidas de pequenas empresas. As instituições que aderiram ao programa têm direito a um crédito presumido de impostos. Não haverá custo para o governo neste ano porque a apuração do crédito presumido poderá ser realizada entre 2025 e 2029. Por meio do crédito presumido, as instituições financeiras têm direito a abater de tributos futuros prejuízos em algum trimestre. A portaria também regulamentou o cálculo desses créditos.

Segundo o Ministério da Fazenda, o crédito tributário será calculado com base no menor valor entre o saldo contábil bru-

to das operações de crédito renegociadas e o saldo contábil dos créditos decorrentes de diferenças temporárias. As diferenças temporárias são despesas ou perdas contábeis que ainda não podem ser deduzidas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), mas que podem ser aproveitadas como crédito tributário no futuro, o que é permitido pela legislação tributária.

A concessão de créditos tributários alavanca o capital dos bancos para a concessão de novos empréstimos. Esse incentivo não gera nenhum gasto para 2024, e nos próximos anos o custo máximo estimado em renúncia fiscal é muito baixo, da ordem de R\$ 18 milhões em 2025, apenas R\$ 3 milhões em 2026, e sem nenhum custo para o governo em 2027. (Agência Brasil)

RS repassará parte de doações por Pix a cerca de 45 mil famílias

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, confirmou na segunda-feira (13) que a maior parte dos R\$ 93,47 milhões doados por pessoas de todo o Brasil e do exterior via Pix será distribuída na forma de um auxílio emergencial de R\$ 2 mil para 45 mil famílias afetadas pelas fortes chuvas que atingem o estado desde o final de abril.

"Estamos estimando ajudar cerca de 45 mil famílias", informou Leite, durante coletiva de imprensa, na manhã de hoje. Segundo ele, parte do valor recebido será dividido entre famílias desabrigadas ou desalojadas de cidades em situação de calamidade pública reconhecida pela Defesa Civil estadual.

"Os recursos irão diretamente para as mãos das pessoas. Para estimulá-las a reconstruir suas vidas", comentou Leite, acres-

centando que também poderão requerer o auxílio as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) ou no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Para ser contemplada, a família não pode ter renda superior a três salários-mínimos, nem ser beneficiária do programa estadual Volta Por Cima, que destina R\$ 2,5 mil para famílias pobres e extremamente pobres - e para o qual o governo gaúcho afirma já ter liberado cerca de R\$ 50 milhões.

Para acelerar a chegada de recursos às vítimas de enchentes, o critério de distribuição começará pelas áreas mais afetadas que já tenham condições de iniciar o processo de recuperação e reconstrução.

"Claro que R\$ 2 mil reais não resolve tudo, mas é uma ajuda importante para muita gente que

perdeu tudo. E haverá outros programas feitos em parceria com o governo federal e com as prefeituras para podermos atender pessoas com renda familiar até 3 salários-mínimos."

Leite prometeu que a aplicação dos recursos será feita com total transparência, com a publicação de informações nos portais oficiais, incluindo a relação das famílias atendidas. Além disso, a empresa de consultoria Ernest Young vai auditar a prestação de contas do comitê gestor.

O auxílio será creditado em um cartão pré-pago, emitido pela Caixa Econômica Federal, em nome do responsável familiar. O valor poderá ser sacado em agências ou pontos de atendimento da Caixa, além de ser utilizado para pagamentos em lojas através da função débito.

A decisão de dividir o valor

arrecadado por meio da campanha de doações Pix, destinando R\$ 2 mil para cada família, foi tomada pelo Comitê Gestor dos recursos, que reúne representantes do governo estadual e da sociedade civil organizada, como a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no estado, Rotary e Lions Club, além da Central Única das Favelas (Cufa) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), entre outras entidades.

O Comitê Gestor também decidiu que uma pequena parte do dinheiro já arrecadado será usado para a compra de 30 mil cobertores, que ajudarão os atingidos pelas chuvas a enfrentar o frio. As peças estão sendo adquiridas por R\$ 660 mil, de um fornecedor de Três Lagoas (MS), e devem ser entregues no estado em breve. (Agência Brasil)

Duas barragens permanecem com risco de ruptura no Rio Grande do Sul

Em meio ao desastre climático que atinge o estado, o Rio Grande do Sul permanece com duas barragens em nível de emergência, ou seja, com risco iminente de ruptura, de acordo com informações atualizadas pela Defesa Civil gaúcha na tarde da segunda-feira (13).

De acordo com a escala adotada pela Defesa Civil, o nível de emergência é o mais grave e exige a tomada de providências para preservar vidas. As barragens nessa condição são: a pequena central hidrelétrica de Salto Forqueta, entre os municípios de São José do Herval e Putinga, e a barragem Santa Lúcia, em Jaguari.

Em cinco barragens, o nível é de alerta, quando anomalias comprometem as condições de segurança: a usina hidroelétrica (UHE)

14 de Julho, entre Cotiporã e Bento Gonçalves; a UHE Dona Francisca, em Nova Palma; e as barragens Capané, em Cachoeira do Sul, São Miguel, em Bento Gonçalves, e Saturnino de Brito, em São Martinho da Serra.

Nove barragens continuam em nível de atenção, sem comprometimento no curto prazo, mas exigem monitoramento: UHE Bugres - Barragem Divisa, em Canela; UHE Bugres - Barragem do Blang, em Canela; UHE Canela, em Canela; PCH Furnas do Segredo, em Jaguari; Barragem do Saibro, em Viamão; Barragem A - Assentamento PE Tupy, em Taquari; Barragem Filhos de Sepé, em Viamão; Barragem do Assentamento PE Belo Monte, em Eldorado do Sul; Barragem Lomba do Sabão, em Por-

to Alegre.

A integridade das barragens é monitorada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul. O estado já chegou a ter ao menos cinco barragens em nível de emergência, mas o número reduziu nos últimos dias.

O nível de diversos rios gaúchos tornou a subir em razão das chuvas intensas que voltaram a cair no fim de semana em diversos municípios, incluindo a capital, Porto Alegre. Na segunda-feira (13), as precipitações diminuíram, mas os cursos d'água continuam a receber volume significativo de água.

De acordo com a meteorologista Cátia Valente, da Sala de

Situação do Rio Grande do Sul, sábado e domingo choveu entre 120 milímetros e 180 milímetros na região metropolitana de Porto Alegre. Na Serra, o volume foi ainda mais intenso, variando entre 200 e 320 milímetros. Grande parte dessa água escorre para os rios, e há previsão de novas e severas inundações em regiões como o Vale do Taquari e o Vale do Caí.

De acordo com o balanço mais recente, desde o fim de abril, quando começaram as fortes chuvas no Rio Grande do Sul, ao menos 147 pessoas morreram em consequência dos eventos climáticos e 806 ficaram feridas. Há ainda 127 desaparecidos. O número de desabrigados supera os 80 mil, e mais 538.241 estão desalojados. (Agência Brasil)

Prazo para negociações do Desenrola Brasil termina em uma semana

O prazo para renegociar dívidas sob condições do Programa Desenrola Brasil vence na próxima segunda-feira (20) para devedores que se encaixam na Faixa 1. Dados do Ministério da Fazenda apontam que, até a semana passada, 14,75 milhões de pessoas já haviam renegociado cerca de R\$ 51,7 bilhões em dívidas.

Iniciada em outubro de 2023, a Faixa 1 contempla pessoas com renda de até dois salários-mínimos ou inscritas no CadÚnico. A etapa engloba dívidas que tenham sido negatizadas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022 e não podem ultrapassar o valor atualizado de R\$ 20 mil cada (valor de cada dívida antes dos descontos do Desenrola).

Por meio do programa, inadimplentes têm acesso a descontos de, em média, 83% sobre o valor das dívidas. Em algumas situações, segundo o ministério, o abatimento pode ultrapassar 96% do valor devido. Os pagamentos podem ser feitos à vista ou parcelados, sem entrada e com até 60 meses para pagar.

Fake news

Nesta reta final do prazo para renegociação das dívidas, a pasta desmentiu duas fake news que circulam sobre o programa. Uma delas diz que, ao negociar as dívidas pelo Desenrola, o cidadão não perde nenhum benefício social. Outra, que a pessoa não fica com o nome sujo nos sistemas do Banco Central.

"O Relatório de Empréstimos e Financiamentos do sistema Registrato do Banco Central não é um cadastro restritivo. Ele exibe o "extrato consolidado" das dívidas bancárias, empréstimos e financiamentos, tanto do que

está em dia quanto do que está em atraso. Isso permite que o cidadão acompanhe, em um só lugar, todo o seu histórico financeiro e se previna contra golpes."

"Assim, as dívidas que forem negociadas no Desenrola para pagamento parcelado vão aparecer no extrato emitido pelo Banco Central, assim como outras dívidas bancárias, para que possam ser acompanhadas somente pelo cidadão. Os bancos não acessam os relatórios das pessoas; eles conseguem ver apenas as informações consolidadas, quando o cidadão autoriza esse acesso."

Entenda

Além de dívidas bancárias como cartão de crédito, também podem ser negociadas contas atrasadas de estabelecimentos de ensino, energia, água, telefonia e comércio varejista. A plataforma do Desenrola permite parcelar a renegociação inclusive com bancos nos quais a pessoa não tenha conta, permitindo escolher o que oferece a melhor taxa na opção de pagamento parcelado.

Para quem tem duas ou mais dívidas, mesmo que com diferentes credores, é possível juntar todos os débitos e fazer uma só negociação, pagando à vista em um único boleto ou PIX, ou financiando o valor total no banco de preferência.

Para ter acesso ao Desenrola, é necessário ter uma conta Gov.br. Usuários de todos os tipos de contas — bronze, prata e ouro — podem visualizar as ofertas de negociação e parcelar o pagamento. Caso o cidadão opte por canais parceiros, não há necessidade de uso da conta Gov.br. (Agência Brasil)



Planova Planejamento e Construções S/A.

CNPJ: 47.383.971/0001-21

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro 2023 - (valores em milhares de reais)				
	2023	2022		
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO CIRCULANTE	305.944	296.738	PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa	5 34.870	23.679	Fornecedores	
Clientes	6 43.986	76.110	Emprestimos e financiamentos	
Conta Corrente Consórcio	48.270	32.885	Debitantes	
Imposto e Contribuições a Recuperar	9.068	1.055	Obrigações por emissão de CRI	
Partes Relacionadas	8 123.260	102.989	Obrigações Sociais e Trabalhistas	
Adiantamentos	15.398	11.637	Obrigações Tributárias	
Outros Créditos	9.248	27.391	Parcelamento Tributário	
Despesas Antecipadas	2.427	2.437	Conta corrente Consórcio	
Débitos Diferidos	19.404	18.555	Partes relacionadas	
			Adiantamento de clientes	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	72.694	109.239	Arrendamento mercantil	
Clientes	6 59.591	96.137	Outras Obrigações	
Adiantamentos p/ Futuro aumento de capital	9 2.860	2.333	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Débitos Judiciais	6.067	3.507	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Outros Créditos	140	456	Emprestimos e financiamentos	
Tributos Diferidos	4.536	6.806	Debitantes	
INVESTIMENTOS	122.006	117.991	Obrigações por emissão de CRI	
Controladas e Coligadas	75.308	74.541	Partes relacionadas	
Outros investimentos	14.600	15.739	Provisões para Investimentos	
Propriedades para Investimento	32.098	27.711	Parcelamentos Tributário	
DIREITOS DE USO	776	551	Tributos Diferidos	
Direitos de Uso	776	551	Adiantamento de clientes	
IMOBILIZADO INTANGÍVEL	18.202	21.000	Provisões p/ Contingência	
Bens Tangíveis	33.244	31.183	Outras Obrigações	
Bens Intangíveis	459	459	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(15.501)	(10.642)	Capital Social	
			Ajuste de conversão moeda estrangeira	
			Ajuste de avaliação patrimonial	
			Prejuízos acumulados	
			Lucro do exercício	
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	519.622	545.519	519.622	545.519

Demonstrações do Resultado - (valores em milhares de reais)			
	2023	2022	
Reculta Operacional Líquida	17	438.836	295.328
(-) Custos dos serviços Prestados	(355.570)	(216.487)	
Lucro Bruto	83.266	78.841	
Recultas/(Despesas) Operacionais:			
Despesas Administrativas	(23.036)	(38.361)	
Outras Recultas/Despesas Operacionais	(37.005)	173	
Resultado Operacional	23.225	40.653	
Recultas Financeiras	8.378	30.564	
Despesas Financeiras	(23.406)	(22.211)	
Resultado Financeiro	(15.028)	(18.307)	
Resultado de equivalência Patrimonial	(26)	9.616	
Lucro/(Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.171	31.962	
Imposto de Renda PJ	(1.950)	(530)	
Contribuição Social	(747)	(1.448)	
IR/CSL Diferidos	2.442	(858)	
LUCRO DO EXERCÍCIO	7.919	29.126	
Lucro por ação	0,20	0,74	

Marcelo Matos Nogueira - Diretor

Elaine Cristina de Sousa Moliterno - Contadora - CRC/SP 166728/O-5

As Demonstrações Financeiras na íntegra e Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia, no site (<https://planova.com.br>) e publicadas no Jornal O Dia/SP versão digital em 14/05/2024

UNO PPP HABITAÇÃO S.A.

CNPJ: 40.280.308/0001-52 - NIRE: 35.300.562.551

Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em Reais)			
	2023	2022	
Ativo Circulante			Passivo e Patrimônio Líquido
Caixa e Equivalentes de Caixa	109.341	26.423	Fornecedores
Tributos Compensáveis	785	785	Obrigações Trabalhistas
Despesas do Exercício Seguinte	6.111	6.111	Obrigações Tributárias
Total do Ativo Circulante	116.237	33.319	Total do Passivo Circulante
			17.754
Não Circulante			Não Circulante
Partes Relacionadas	4.901.485	5.422.426	Impostos Diferidos
Créditos com Impostos Diferidos	450.102	174.878	Capital Social Subscrito
Imobilizado	4.169	-	(-) Capital Social a Integralizar
Depreciação Acumulada	(695)	-	Lucros ou Prejuízos Acumulados
Total do Ativo Não Circulante	5.355.061	5.597.304	Total do Patrimônio Líquido
			6.174.579
			5.951.101
Total do Ativo	5.471.298	5.630.623	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido
			5.471.298

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em Reais)			
	2023	2022	Total do Lucros ou Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	5.637.000	-	5.351.101
Capital Subscrito	-	-	-
Capital a Integralizar	-	-	-
Prejuízos Acumulados	-	-	(209.373)
Distribuição de Lucros	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	(176.522)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	5.637.000	-	(285.899)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	5.637.000	-	(176.522)
Capital Subscrito	-	-	-
Capital a Integralizar	-	-	-
Prejuízos Acumulados	-	-	(76.526)
Distribuição de Lucros	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	(209.373)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	5.637.000	-	(76.526)

1. Considerações sobre a empresa: A empresa UNO PPP Habitação S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado com sede à Rua da Consolação, nº 247, andar 12, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, iniciou suas atividades em 06/01/2021, constituída com o propósito específico de celebrar Contrato de Concessão Administrativa com a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo nos termos do Edital da Concorrência Internacional COHAB-SP 001/2020.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:

2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), implantadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (CPC) e orientações (OCCP), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis: A moeda funcional da Companhia é o Real. **3. Principais políticas e práticas contábeis:** As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: **Política Contábil:** A administração define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedam o seu valor de mercado ou de valorização.

	2023	2022
Caixa e Bancos	109.340,93	26.422,39
	109.340,93	26.422,39

3.2. Tributos compensáveis: Política Contábil: Referem-se a créditos de IRRF oriundos de retenção. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de compensações de débitos junto à Receita Federal.

	2023	2022
IRRF a Compensar	785,41	785,41
	785,41	785,41

3.3. Despesas do Exercício Seguinte: Política Contábil: Referem-se a contratos de seguros de garantia de obras que são apropriados ao resultado do exercício à medida que transcorsa sua vigência.

	2023	2022
Seguros a Apropriar	6.111,33	6.111,33
	6.111,33	6.111,33

3.4. Contrato de Mútuo Pessoadas ligadas: Política Contábil: Referem-se a numerários emprestados aos sócios a título de contrato de mútuo, atualizados mensalmente pela taxa de 7,19% a.a. As receitas provenientes dos juros e/ou demais encargos serão oferecidas a tributação no momento de sua quitação.

	Valor atualizado em 31.12.2023	Valor atualizado em 31.12.2022
Construtora Itajai Ltda.	1.225.371,30	1.355.606,58
Construtora e Incorporadora Faleiros Ltda.	1.225.371,30	1.355.606,58
Saned Engenharia e Empreendimentos S.A.	1.225.371,30	1.355.606,58
HE Engenharia, Comércio e Representações Ltda.	1.225.371,30	1.355.606,58
	4.901.485,20	5.422.426,32

3.5. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes: Política Contábil: São apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias incorridas.

3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social: Política Contábil: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre o lucro e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Imposto diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitas à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será o montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2023 - (valores em milhares de reais)			
	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	7.919	(1.079)	
Outros Resultados Abrangentes			
Varição cambial de investimentos no exterior	(1.118)	(1.079)	
Total do resultado abrangente	6.798	28.047	

Fluxo de Caixa - Método Indireto - Valores em milhares de R\$

Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades Operacionais			
	2023	2022	
1) Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	7.916	29.126	
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	7.916	29.126	
Ajuste de reconciliação do lucro do exercício para o caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.707	7.021	
Depreciação e Amortização	26	(6.616)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.442)	5.496	
Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos	(4.050)	(3.362)	
Provisão para Contingência	(4.387)	-	
Provisão para justo terreno	36.939	28.665	
Total	7.916	29.126	

Variação de Ativos e Passivos			
	2023	2022	
2) Atividades de Investimento	(42)	(65)	
Aquisição de Participações	(2.062)	(1.204)	
Aquisição de Ativo Imobilizado	-	(771)	
Bens Intangíveis	-	806	
Venda de imobilizado/investimentos	(2.104)	(1.224)	

3) Atividades de Financiamento			
	2023	2022	
3) Atividades de Financiamento	39.408	44.033	
Captações de empréstimos e financiamentos - Principal	(62.155)	(57.904)	
e juros	(38.783)	(20.010)	
Partes relacionadas	20.999	28.099	
Debitantes	2.400	-	
Dividendos recebidos	(38.131)	(5.782)	
Caixa Aplicado nas Atividades do Financiamento	(11.919)	(15.044)	
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	(2.104)	(139.416)	
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	(2.104)	(139.416)	
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	23.679	8.635	
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	34.870	23.679	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Período findo em 31/12/2023 (valores em milhares R\$)			
	2023	2022	Total
Capital Social	265.514	17.494	145.649
Saldo em 31/12/21	-	-	-
Outros Resultados	(1.079)	(1.079)	
Abrangentes - variação cambial de investimentos no exterior	(3.163)	5.799	2.636
Ajuste da avaliação patrimonial	-	29.126	29.126
Saldo em 31/12/22	265.514	13.252	(102.434)
Outros Resultados	-	-	-
Abrangentes - variação cambial de investimentos no exterior	(1.118)	(1.118)	
Ajuste da avaliação patrimonial	(2.227)	3.374	1.147
Incorporação SVM/ PlanNova	-	(9.868)	(9.868)
Lucro do Exercício	7.919	7.916	7.916
Saldo em 31/12/23	265.514	9.907	(101.012)

Demonstração do Resultado do Exercício Em 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em Reais)			
	2023	2022	
Despesas (receitas) Operacionais			
Administrativas	(684.787)	(484.756)	
Pessoal	(103.360)	(11.580)	
Tributárias	(19.169)	(19.266)	
Depreciação	(605)	-	
Não Dedutíveis	(1.322)	-	
Total	(809.333)	(515.602)	

Resultado Operacional antes dos efeitos financeiros			
	2023	2022	
Resultado Operacional antes dos efeitos financeiros	(809.333)	(515.602)	
Resultado Financeiro - Líquido	357.587	376.186	
Resultado do Exercício antes do IRPJ e do CSLL	(451.746)	(139.416)	
Impostos Correntes	-	(244.835)	
Impostos Diferidos	275.224	174.878	
Resultado do Exercício	(176.522)	(209.373)	

Demonstração do Resultado Abrangente Em 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em Reais)			
	2023	2022	
Resultado Líquido do Exercício	(176.522)	(209.373)	
(+/-) Resultados Abrangentes	359.059	374.931	
Ajustes Instrumentos Financeiros	359.059	374.931	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Em 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em Reais)			
	2023	2022	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(176.522)	(209.373)	
Resultado do Exercício	(176.522)	(209.373)	
Depreciação	695	-	
Redução (aumento) nos ativos	(175.827)	(209.373)	
Tributos Compensáveis	-	(698)	
Despesas do Exercício Seguinte	-	348	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(275.224)		

Provas do Enem 2024 serão em 3 e 10 de novembro

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente Conheça seus Direitos

Segurança Pública e Estado Paralelo

Por Nicholas Maciel Merlone

A Segurança Pública objetiva assegurar ao povo a proteção de seus direitos, os individuais e os sociais. Além disso, deve manter a ordem pública. Isto é, a defesa do Estado Democrático de Direito e a tutela dos direitos fundamentais, tais como a vida, o bem-estar e o trabalho, dentre outros. Havendo conflito entre os postulados da ordem pública e dos direitos fundamentais, estes últimos devem prevalecer, em detrimento às arbitrariedades do Estado. A Constituição brasileira atribui ao Estado e a todos o dever de garantir a Segurança Pública (cf. Walber de Moura Agra, **Manual de Direito Constitucional**, 2002, p. 581 e 582). Pois bem! Segundo a revista *Isto É*, em matéria “O Estado capturado pelo Crime”, “A revelação de quem encomendou os assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes expõe a chocante promiscuidade de políticos e policiais com o submundo das organizações ilegais. Autoridades e bandidos se confundem deixando a sociedade à mercê da violência e da corrupção, num ciclo que já extrapola as fronteiras do Rio de Janeiro e tem tentáculos nacionais, inclusive no Congresso” (*grifos da matéria*). Enquanto isso, a revista *Veja*, em reportagem “Polícia, Polícia, Milícia”, expõe: “A elucidação do caso Marielle Franco, que incrimina um deputado federal, um conselheiro do Tribunal de Contas e um delegado de Polícia Civil, escancara a relação promiscua entre o submundo do crime organizado e as entranhas do Estado”. Adiante, afirma: “o sequestro do Estado pela banditagem é uma mancha que segue exalando mau cheiro.” “O caso não deixa dúvidas de que a corrupção contamina todas as esferas”, afirma a companheira de Marielle. Tem-se, assim, o “perverso tripé polícia-bandido-política”, conforme a revista. A reportagem da revista *Isto É* expõe os “Os Criminosos no Comando”. Identifica os mandantes do assassinato de Marielle, de modo que a Polícia Federal (PF) “puxa o fio da rede de crimes envolvendo políticos, milícias, matadores de aluguel e os negócios imobiliários clandestinos, juntos e misturados, no Estado paralelo entranhado no Rio de Janeiro”. Ocorre, assim, um grande “comprometimento da política e do aparelho policial com o sequestro das instituições por um ‘Estado Paralelo’, que se consolidou no Rio de Janeiro”. Todavia, é importante frisar que “nem toda a máquina está comprometida”. Nesse sentido, o presidente da Associação Nacional dos Delegados Federais (ADPF), Luciano Leiro, “acha que o modelo não está errado, mas falta autonomia que evite ingerências políticas, reaparelhamento, recursos humanos e salários decentes [...] São necessários investimentos e não ingerência política”. Com efeito, a causa da morte de Marielle se relaciona com sua atuação “para mudar o foco de um projeto de regularização fundiária, o que prejudicaria negócios imobiliários do clã na Zona Oeste do Rio”. Qual então o grande desafio do governo federal? E a resposta bate pronto: “é quebrar a cultura de promiscuidade e impunidade entre política, milícia e a chamada banda podre da polícia do Rio”, de acordo com a matéria da *Isto É*. Para tanto, “só uma limpeza radical, acompanhada de expressiva mudança de mentalidade, pode extinguir.”, pondera a reportagem da *Veja*. A *Veja* ainda expõe: “O que fazer? Os especialistas são unânimes em apontar que qualquer tentativa de solução do problema passa pela adoção de medidas capazes de blindar as forças de segurança de interferências externas.”. Nesse rumo, o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, frisa: “Não há bala de prata. É preciso construir gestões baseadas em controle, transparência e supervisão.” A seguir, a matéria da *Veja* explicita: “Foi com a implantação de metas para a solução de crimes e afastamento de agentes corruptos que Boston e Nova York reformaram suas polícias nos anos 1990. A existência de uma autarquia federal como o FBI, com poder para intervir nos estados, foi vital para atacar a corrupção enfiada nas delegacias dos Estados Unidos.” Em outra reportagem da *Veja*, “Vitórias contra o Crime”, a revista expõe: “Com integração das polícias, investimentos em veículos, uso intensivo de tecnologia e ações sociais, entre outras medidas, políticas adotadas por alguns estados mostram que é possível obter avanços significativos na área de segurança pública.” Da mesma forma, reflete: “Alguns estados são bons exemplos de como é possível reduzir a criminalidade, com integração das polícias, investimentos em efetivos, armas e veículos, uso de tecnologia, inteligência e ações na área social.” Essa edição da revista, assim, encerra: “Os bons exemplos de ações adotadas por alguns governos estaduais mostram que essa batalha só pode começar a ser vencida com políticas inteligentes, continuadas e coordenadas. É uma lição que está mais do que na hora de o país aprender.” Finalmente, a *Veja* (Política-Polícia-Milícia) - e nós em sua carona - conclui: “Mesmo com pontas ainda soltas, a elucidação do assassinato da vereadora é ótima notícia, um fio de esperança. Mas o mar de lama que a investigação trouxe à tona segue contaminando o Rio - e o Brasil. Até quando?”

O cronograma do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2024 foi divulgado na segunda-feira (13). As provas serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro, e o gabarito oficial será divulgado em 20 de novembro. A previsão é de que os resultados sejam divulgados em 13 de janeiro de 2025.

De acordo com o edital, as inscrições começam no próximo dia 27 e vão até 7 de junho. A inscrição deve ser realizada pelo endereço enem.inep.gov.br/participante. A taxa de inscrição (R\$ 85) deve ser paga de 27 de maio até 12 de junho. As solicitações para tratamento por nome social e para atendimento especializado devem ser apresentadas até 7 de junho.

O resultado inicial do pedido de atendimento especializado será publicado em 17 de junho, quando inicia o período para apresentação de recursos, que vai até o dia 21. Já o resultado final, em resposta aos recursos apresentados, está previsto para 27 de junho.

É também na Página do Parti-

cipante que será disponibilizado o Cartão de Confirmação de Inscrição, em data ainda a ser divulgada. O cartão informa o número de inscrição; a data, a hora e o local do exame; a opção de língua estrangeira, e as indicações para atendimento especializado e tratamento por nome social.

O edital do Enem 2024 foi publicado no Diário Oficial da União da segunda-feira (13), data que coincide com a divulgação dos resultados sobre os pedidos de isenção da taxa de inscrição, na Página do Participante, no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – entidade organizadora do certame.

Provas

O edital prevê que o exame será constituído de quatro provas objetivas (cada uma com 45 questões de múltiplas escolhas) e uma redação em língua portuguesa.

São quatro áreas de conhecimento a serem avaliadas. A primeira, de linguagens, redação, códigos e suas tecnologias, tem

como componentes curriculares as disciplinas língua portuguesa, literatura, língua estrangeira (inglês ou espanhol), artes, educação física e tecnologias da informação e comunicação.

A segunda área de conhecimento (ciências humanas e suas tecnologias) tem como componentes curriculares as disciplinas de história, geografia, filosofia e sociologia. Na área de ciências da natureza e suas tecnologias, serão cobrados conteúdos de química, física e biologia. A quarta área de conhecimento é a de matemática.

De acordo com o Ministério da Educação, o exame é estruturado a partir de matrizes de referências disponibilizadas no portal do Inep.

No primeiro dia do exame, serão aplicadas as provas de linguagens; redação; códigos, ciências humanas e suas tecnologias. Os candidatos terão cinco horas e 30 minutos para responderem as questões.

O segundo dia será dedicado à aplicação das provas de ciências

da natureza, matemática e suas tecnologias. A aplicação terá cinco horas de duração.

Enem

Há mais de duas décadas, o Enem avalia o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica e representa a principal porta de entrada para a educação superior no Brasil. Isso porque as instituições de ensino públicas e privadas adotam as notas do Enem para selecionar estudantes, nos processos seletivos.

Os resultados servem também para seleções de beneficiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e pelo Programa Universidade para Todos (ProUni).

Os resultados individuais do Enem também podem ser aproveitados nos processos seletivos de instituições de educação superior portuguesas. Algumas universidades lusitanas possuem convênio com o Inep para aceitarem as notas do exame. (Agência Brasil)

Governo do Paraná quer instituir Rede de Ajuda Humanitária com abrangência nacional

O Governo do Paraná enviou na segunda-feira (13) para a Assembleia Legislativa um projeto de lei que institui a Rede Estadual de Ajuda Humanitária, com o objetivo de dar assistência emergencial e acolhimento a pessoas que ficam em situação de vulnerabilidade após crises humanitárias, como as climáticas (chuvas ou secas). O Paraná é o primeiro do País a instituir uma rede de ajuda que pode se estender a todo o Brasil. O texto vai tramitar em regime de urgência.

Pela proposta, a Rede Estadual de Ajuda Humanitária deverá promover ações de respostas rápidas e de caráter humanitário, tanto no Paraná, como em qualquer outro estado da Federação, como na crise do Rio Grande do Sul. Ela deve ser um caminho mais fácil para ações de caráter social, podendo contar inclusive com participação de organizações da sociedade civil na execução das medidas, em ações como campanhas de arrecadação e criação de mecanismos para facilitar doações.

A rede terá uma comissão permanente com membros da Superintendência Geral de Ação Solidária, Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Social e Família e Secretaria da Justiça e Cidadania. Os recursos serão de responsabilidade do órgão que propor alguma medida emergencial, com ampla transparência para a sua utilização.

Segundo a primeira-dama do Paraná, Luciana Saito Massa, o projeto de lei vai melhorar o atendimento do Governo a situações extremas. “Essa Rede Estadual

de Ajuda Humanitária vai chegar em boa hora. Será fundamental para darmos uma resposta célere em situações de crise, de maneira que possamos ir além daquilo que já têm sido feito pelos nossos irmãos gaúchos, com a organização das doações, apoio logístico e com as forças de segurança e salvamento”, afirmou.

“Além do atendimento a todos os municípios paranaenses, ele irá permitir que possamos socorrer qualquer ente federativo que esteja atravessando uma crise humanitária”, complementou.

De maneira geral as crises humanitárias impõem decretos de situação de emergência ou calamidade, aprovados por governos estaduais e federal, o que permite que a Defesa Civil apoie as prefeituras com a distribuição de bens para atender as famílias vulneráveis, além de telhas, lonas e outros materiais. Com a Rede Estadual de Ajuda Humanitária, a ideia é que a liberação de recursos seja mais rápida, inclusive antes dos decretos, e possa atender inclusive outros estados, para distribuição de donativos, de efetivo para o trabalho e também de recursos financeiros.

“As pessoas que estão sofrendo precisam de atendimento imediato. Acontece que, muitas vezes, esse reconhecimento da situação de estado de calamidade pública ou situação de emergência é um tanto complexo e burocrático. Então, para que o Estado possa ajudar, existe um trâmite também junto ao governo federal. A nova rede possibilita, de forma legal, o envio imediato, de alimentos, materiais de

higiene, limpeza ou equipes especializadas”, afirmou o coordenador-geral da Defesa Civil do Paraná, coronel Fernando Schunig.

“Quem está sofrendo não pode esperar, tem que ter um atendimento rápido. O paranaense é um povo solidário por natureza e com esse novo projeto conseguiremos expandir as nossas ações”, explicou o coordenador.

Ele também lembra que essa é uma nova ação dentro da política de resposta a essas crises. Outra recente foi a criação do Fundo Estadual para Calamidades Públicas (Fecap), no fim do ano passado. Mais de 80 municípios já foram atendidos com recursos desse fundo, com a transferência de cerca de R\$ 34 milhões.

Em pouco mais de uma semana de arrecadações, a campanha SOS RS, do Governo do Paraná, já reuniu 3,3 mil toneladas de ajuda humanitária para as vítimas das chuvas no Rio Grande do Sul. O volume total de doativos contabiliza alimentos, água potável, roupas e produtos de higiene e limpeza doados em todas as cidades paranaenses até a sexta-feira (10). Mais de 2,3 mil toneladas de doativos já foram enviados por meio da campanha.

As entregas ocorrem de forma constante e saem a partir de centros de distribuição em Curitiba e de cidades do Interior. Elas estão recebendo escoltas especiais da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e guardas municipais. A campanha segue até o dia 22 de maio. As entregas podem ser feitas em unidades do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil, sedes do

Instituto Água e Terra e espaços da Secretaria da Cultura.

A Defesa Civil tem trabalhado junto ao Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) com uma base montada nos municípios de Santa Cruz do Sul e Estrela, no Rio Grande do Sul. Nas bases, atuam centenas de bombeiros civis e militares, além de agentes das forças de segurança do Paraná, em uma força-tarefa juntamente com Minas Gerais e São Paulo.

O Paraná tem prestado apoio às cidades gaúchas também com o envio de forças de segurança e equipamentos. Já foram enviados bombeiros para trabalhar nos resgates, policiais militares para ajudar a coibir roubos e saques nos locais mais afetados, policiais civis para apoiar as autoridades locais e profissionais da Polícia Científica.

O Governo do Estado enviou também caminhões-tanque, viaturas, embarcações e helicópteros para o Rio Grande do Sul, que estão sendo usados em diversas frentes de trabalho, além de bolsas de sangue, medicamentos, profissionais de outras áreas e técnicos da Defesa Civil.

De acordo com o governo do Rio Grande do Sul, 447 municípios foram afetados pelas chuvas e alagamentos. Até o momento 147 pessoas morreram, 806 se feriram e 127 estão desaparecidas. Segundo último boletim divulgado pela Defesa Civil local, 538 mil pessoas estão desalojadas e 79 mil estão em abrigos. Ao todo, 76 mil pessoas e 10,5 mil animais foram resgatados em áreas alagadas. (AENPR)

Anatel abre consulta para ampliar prefixo 0303 nas ligações comerciais

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) abriu na segunda-feira (13) uma consulta pública sobre a ampliação do uso do prefixo 0303 para as ligações de qualquer atividade que possa ocasionar intenso volume de chamadas telefônicas.

As contribuições do público em geral serão recebidas até 16 de maio, por meio do sistema Par-

ticipa Anatel.

Desde 2021, o prefixo 0303, tecnicamente chamado Código Não Geográfico 303, é obrigatório apenas para empresas de telemarketing. Segundo a Anatel, “esse prefixo deve aparecer no visor do consumidor, para que ele possa identificar a chamada e escolher se deseja ou não atender”.

Agora, a agência propõe que o uso do prefixo passe a ser empregado também nas ligações para cobranças, doações e quaisquer outras atividades que gerem mais de 10 mil ligações por dia. Outra proposta é a adoção de uma numeração adicional, que permita identificar a atividade econômica desenvolvida pelo chamador.

“É importante ressaltar que será facultativa a utilização do código 0303 para empresas que aderirem a um sistema de autenticação e validação de chamadas aprovado pela Anatel, em que será exibido para o consumidor, além do número, o nome da empresa chamadora”, explicou a Anatel, em nota. (Agência Brasil)

MP investiga decreto de calamidade em cidades não afetadas por chuvas

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) investiga os municípios que decretaram estado de calamidade, mas não foram afetados pelas enchentes que atingiram o estado.

A abertura da investigação foi solicitada na quinta-feira (9) pelo procurador-geral de Justi-

ça, Alexandre Saltz. Foram designados dois promotores para apurar o caso.

No início da apuração, serão solicitados documentos que justifiquem o reconhecimento da situação emergencial. Os nomes dos municípios que serão alvo da investigação

não foram divulgados.

A decretação do estado de calamidade pelos municípios permite que estados, municípios e o Distrito Federal possam receber recursos federais para auxiliar o trabalho da Defesa Civil.

De acordo com o Ministério da Integração e do Desenvolvi-

mento Regional, até o momento, foram repassados pelo menos R\$ 53,7 milhões para a Defesa Civil estadual. Mais R\$ 110 milhões estão aprovados e empenhados. 397 dos 497 municípios gaúchos já tiveram situação de calamidade de pública reconhecida. (Agência Brasil)

Nicholas Maciel Merlone - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.
Instagram: @nicholasmerlone /
C o n t a t o :
nicholas.merlone@gmail.com

